

Título
A Construção da(s)
Liberdade(s)

Organização
CITCEM – Centro de
Investigação Transdisciplinar
Cultura, Espaço e Memória/
Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

Coordenação Editorial
Isabel Pacheco
© U.Porto Press
Universidade do Porto
Praça Gomes Teixeira,
4099-002 Porto
<http://up.pt/press>
editup@reit.up.pt

© CITCEM — Centro de
Investigação Transdisciplinar
Cultura, Espaço e Memória
Faculdade de Letras da
Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564 Porto
<https://www.citcem.org>
citcem@letras.up.pt

Coleção Transversal N.º 7
1.ª Edição, Porto,
novembro de 2021

Comissão Organizadora
Amélia Polónia (CITCEM/FLUP)
Bruno Madeira (ICS/UM;
CITCEM/FLUP)
Cláudia Ribeiro (CITCEM/FLUP)
Conceição Meireles Pereira
(CITCEM/FLUP)
Francisco Topa (CITCEM/FLUP)
Gaspar Martins Pereira
(CITCEM/FLUP)
Hugo Barreira (CITCEM/FLUP)
Jorge Fernandes Alves (CITCEM/
FLUP)
Luís Alberto Marques Alves
(CITCEM/FLUP)
Manuel Loff (FLUP; IHC)

Sofia Miguens (IF/FLUP)
Vasco Ribeiro (CITCEM/FLUP)
Virgílio Borges Pereira (IS/FLUP)

Comissão Científica
Maria de Fátima Vieira
(Vice-Reitora da UP)
Conceição Meireles Pereira
(CITCEM/FLUP)
Ernesto Castro Leal (CHUL/
FLUL)
Eugénio dos Santos (FLUP)
Fátima Sá e Melo Ferreira
(CIES-ISCTE-IUL)
Fernando Catroga (FLUC/CHSC)
Francisco Ribeiro da Silva (FLUP)
Gaspar Martins Pereira
(CITCEM/FLUP)
Jorge Fernandes Alves (CITCEM/
FLUP)
José Capela (ICS/UM)
Justino Magalhães (IE/UL)
Luís A. de Oliveira Ramos (FLUP)
Luís Alberto Marques Alves
(CITCEM/FLUP)
Maria Manuela Tavares Ribeiro
(CEIS20/FLUC)
Miriam Halpern Pereira (ISCTE)
Pedro Bacelar de Vasconcelos
(AR/UM)
Rui Lage (CITCEM/FLUP)

Revisão científica
Amândio Morais Barros, António
Barros Cardoso, Carlos Manique
da Silva, Fátima Sá e Melo
Ferreira, Helena Lima, Joana
Miguel da Costa Moreira,
Jorge Martins Ribeiro, José
Manuel Oliveira, Justino
Magalhães, Manuel de Sampayo
Pimentel Azevedo Graça, Maria
de Fátima Moura Ferreira, Maria
de Fátima Outeirinho, Maria das
Graças Andrade Leal, Otília Lage

Revisão editorial
Marta Sofia Costa, Maria José
Cunha

Secretariado
Marlene Cruz (CITCEM/FLUP)
Vanessa Sousa (CITCEM/FLUP)
Diana Felcia (CITCEM/FLUP)
Vasco Sisteló (CITCEM/FLUP)

Parcerias e apoios
FCT — Fundação para a Ciência
e a Tecnologia
Câmara Municipal do Porto
Reitoria da Universidade do
Porto

Design
Diana Vila Pouca

Paginação
Laura Crespo

Impressão e acabamentos
Invulgar — Artes Gráficas S.A.

ISBN
978-989-746-308-2

Depósito Legal
492556/21

Tiragem
500 exemplares

Iniciativa enquadrada nas
comemorações de 1820
promovidas pela CMP

A Construção da(s) Liberdade(s)

Congresso Comemorativo
do Bicentenário da Revolução
Liberal de 1820

Índice

A Comissão Organizadora			
Apresentação	13		
Reitor da Universidade do Porto			
Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto			
Coordenadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória			
Presidente da Câmara Municipal do Porto			
Abertura	17		
Ana Luísa Amaral			
Da Liberdade: Respirações	31		
I. Revoluções pela(s) Liberdade(s)	41		
Fernando Catroga			
A constitucionalização vintista da ideia de Nação	43		
José Viriato Capela			
A abertura à Nação do debate constitucional	91		
Alberto Rico Sánchez			
Liberalismo y Seguridad Pública en España y Portugal hacia 1820	113		
Vital Moreira			
A invenção das liberdades individuais em Portugal: a Constituição de 1822	135		
José Manuel Lopes Cordeiro			
Lisboa e a Revolução Liberal de 1820	175		
Fátima Sá e Melo Ferreira			
Da «revolução venturosa» à «Hydra das Revoluções» – as metáforas do vocábulo revolução antes e depois do Vintismo	195		
Teresa Soeiro, Sofia Fernandes, Helena Bernardo			
Penafiel nos combates pela liberdade (1809-1834)	209		
II. Pensar a Liberdade: ideologias, utopias e distopias	229		
Artur Santos Silva			
Lições da Revolução de 1820 para a agenda da representação política	231		
Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos			
Liberdade, Liberdade!	239		
Paulo Alves Júnior			
Liberalismo entre dois mundos – Liberalismo de José Bonifácio pela ótica de José Honório Rodrigues	243		
Ernesto Castro Leal			
Utopias federais na I República Portuguesa: A inscrição em Programas Políticos e Projectos Constitucionais Republicanos	257		
Bruno Madeira			
Os conceitos de «igualdade», «liberdade» e «democracia» no pensamento das direitas radicais portuguesas (1974-1985)	271		
João Gonçalves			
Memória e democracia: processos transicionais em Portugal (1974-1976) e no Brasil (1985-1988)	287		
III. A Prática Social da(s) Liberdade(s)	303		
Rosa Capelão, Amélia Polónia			
Para além da escravatura e da privação jurídica de liberdade. O caso de Njinga Mbandi (1582-1663)	305		
Maria das Graças Andrade Leal			
Artífices baianos, mutualismo e liberalismo no Brasil monárquico (1832-1852)	331		

Francisco Miguel Araújo			
Clivagens entre liberais e realistas no «ensino superior» do Porto: a Academia Real da Marinha e Comércio e a Régia Escola de Cirurgia (1826-1834)	345		
Nuno de Pinho Falcão			
Liberais, burgueses e nobilitados. Os Silva de Bouças na Monarquia constitucional	375		
Luís Miguel Carvalho da Silva			
A liberdade religiosa em contexto de guerra: o caso dos católicos portugueses na frente europeia da I Guerra Mundial	391		
Ana Isabel Moreira, Pedro Duarte			
Entre a educação e a cidadania: uma história com liberdade	407		
Olímpia Loureiro			
A importância da leitura na conquista da liberdade e da cidadania	429		
Laura Castro			
Ateliers de arte e oficinas da liberdade na correspondência de, e para, artistas portugueses dos inícios do século XX	441		
IV. Liberdade de Imprensa, Comunicação e Opinião Pública	457		
Luisa Moraes Silva Cutrim			
A novidade liberal e a imprensa na província do Maranhão – Brasil (1821-1822)	459		
Marcelo Cheche Galves			
O primeiro periódico, a primeira tipografia e os espaços públicos de representação política na província do Maranhão (1821-1823)	471		
Pedro Couceiro, Elisabete Mendes Silva			
«News from Portugal». Ecos da Revolução Liberal de 1820 na imprensa inglesa	485		
		V. Representações da(s) Liberdade(s)	503
		Conceição Meireles Pereira	
		O Teatro no Porto do Vintismo – função, festa e liberdade	505
		Milton Pedro Dias Pacheco	
		Triunfos da Lusitânia: figurações alegóricas e representações históricas da Revolução Liberal de 1820	521
		Maria Otília Pereira Lage	
		Memória, testemunho, contexto e narrativa: O Cerco do Porto contado por uma testemunha, o Coronel Owen. Prefácio e Notas de Raul Brandão	535
		Francisco Ribeiro da Silva	
		A pedagogia da liberdade na igreja da Lapa do Porto. As orações fúnebres nas exéquias anuais por D. Pedro IV	551
		Sérgio Veludo Coelho	
		O Cerco do Porto e a Guerra Civil de 1828-1834, épico de resistência nas narrativas anglo-saxónicas	567
		Carmen Matos Abreu	
		Revolução, liberalismo e absolutismo, um dos grandes debates narrativos de Júlio Dinis	589

«News from Portugal». Ecos da Revolução Liberal de 1820 na imprensa inglesa

Pedro Couceiro¹

Elisabete Mendes Silva²

Introdução

A revolução portuguesa de 1820 coincide com um período de maior radicalização ideológica do liberalismo na Grã-Bretanha que marcou declaradamente o confronto político entre conservadores e liberais. Este debate tornou-se transversal a toda a sociedade que, de uma forma concertada, assumiu formas de protesto mais visíveis e marcantes. A fermentação de ideais liberais consubstanciados, por exemplo, na liberdade de expressão e imprensa e maior representatividade parlamentar, resultou em episódios como o Massacre de Peterloo em agosto de 1819, liderados por movimentos radicais apoiados por membros da sociedade que prosperavam no contexto da revolução industrial e reivindicavam a reforma do sistema eleitoral, ainda que enfrentando o *statu quo* vigente liderado pelas várias aristocracias. Por seu turno, Portugal vivia, em 1820, uma grande instabilidade política. Com a transferência da Corte para o Brasil, o Portugal metropolitano estava entregue a uma representação inglesa, cuja visibilidade político-diplomática, bem como

1. Professor do Instituto Politécnico de Bragança. Investigador do CITCEM¹ - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Email: pcouceiro@ipb.pt.

2. Professora do Instituto Politécnico de Bragança. Investigadora do CEAUL - Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa. Email: esilva@ipb.pt.

o domínio económico, causavam grande desconforto na burguesia portuguesa. Por isso, a aproximação político-militar e a interdependência económica que caracterizaram as intensas relações luso-britânicas desde o século XVIII justificaram que a imprensa britânica acompanhasse com particular interesse toda a evolução política de Portugal após agosto de 1820.

Assim, pretendemos entender de que forma a revolução liberal portuguesa teve destaque na imprensa inglesa e a que tratamento editorial obedeceu, não sendo de excluir totalmente a possibilidade de este processo revolucionário se ter constituído como um reforço ideológico para a campanha dos reformistas ingleses.

Será a partir deste contexto que o objetivo principal do presente estudo se centra na identificação e análise das principais linhas de representação mediatizadas por alguns títulos da imprensa inglesa³. Destacamos alguns jornais e periódicos com um posicionamento assumidamente liberal moderado e mais radical, como o «The Morning Chronicle», «Monthly Repository», «Globe», «Star», bem como periódicos pertencentes a uma ala mais conservadora como «The Morning Post», «British Press», «The Sun» ou «The Times», entre outros⁴.

Partindo da análise deste *corpus* documental, o nosso período de análise obedeceu a um critério temporal, entre setembro de 1820 e junho de 1821, na tentativa de que esse *continuum* temporal nos permita compreender o entendimento que os ingleses foram compondo da revolução liberal de 1820.

O presente artigo está assim organizado em duas partes principais. Na primeira parte sistematizaremos as condições sociopolíticas que caracterizavam a Inglaterra e Portugal, bem como as relações entre ambos, nos momentos anteriores à revolução. Além disso, destacaremos a especificidade da imprensa inglesa, o seu papel na sociedade e os desafios que enfrentava no período em estudo. Na segunda parte, centrar-nos-emos na análise mais pormenorizada de alguns títulos da imprensa inglesa sobre a revolução em Portugal.

3. Esclareça-se que o atual texto apresenta-se como um estudo exploratório sobre o tema proposto. Reserva-se para eventos editoriais e/ou científicos uma análise mais aprofundada sobre o assunto no âmbito da evocação do bicentenário da revolução de 1820 em Portugal.

4. Por uma questão de economia de caracteres, identificamos os títulos dos periódicos ao longo do texto, em nota de rodapé, dispensando-nos de os apresentar na bibliografia final. Todos os periódicos e jornais mencionados neste artigo foram consultados em <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/>

1. Portugal e a Inglaterra na Europa Pós-Napoleónica – constrangimentos e desafios de uma Reconstrução Liberal

No rescaldo da Batalha de Waterloo, a Inglaterra enfrentava graves problemas económicos internos acompanhados de um descontentamento social por parte das classes mais desfavorecidas. O Governo conservador do pós-guerra, liderado por Lord Liverpool⁵, perante uma crise económico-social e protestos sucessivos clamando por reformas constitucionais, implementou medidas protecionistas, como a Lei do Cereal em 1815⁶.

A gradual consciencialização por parte da classe trabalhadora da sua desvantagem social e económica, aliada à combinação nefasta dos efeitos da guerra com a industrialização e a repressão social, levam-na a reagir mais vivamente às decisões políticas e a aderir aos apelos radicais que se faziam ouvir⁷. A voz de intelectuais, como os utilitaristas Jeremy Bentham e James Mill, ou os radicais Henry Hetherington, Richard Carlile e William Cobbett⁸, era veiculada através de jornais ou folhetos ilegais que publicavam críticas literárias e sociais denunciadoras do mal-estar social da época e invocavam a necessidade de uma reforma parlamentar⁹.

A influência da imprensa escrita bem como a emergente cultura de protesto popular confluíram num dos momentos mais simbólicos e representativos das

5. Primeiro-ministro da Grã-Bretanha entre 1812 e 1827.

6. A Lei do Cereal de 1815 foi descrita como «one of the most naked pieces of class legislation in English history» (BLAKE, 1970: 15 *apud* HILTON, 2006: 264). Se, por um lado, protegia os interesses dos pequenos proprietários, proibindo a importação do cereal até que este atingisse um preço de 80 xelins por quarto, por outro, alienaria o interesse urbano e industrial e pressionaria a política britânica, como Hobsbawm salientou (HOBSBAWM, 1999: 78). A instabilidade na produção do cereal levaria à flutuação de preços. Maus anos de colheita repercutir-se-iam na inflação do preço do cereal, tornando os laticínios igualmente caros para a maioria da população. A Lei do Cereal seria apenas abolida em 1846, depois de uma onda de contestação liderada pelo partido liberal (*Whigs*) e por uma ala política mais radical que duraria várias décadas e que defendia o livre-cambismo.

7. *Vd.* MORGAN, 2010: 491-492.

8. Cobbett, Hetherington e Carlile editavam jornais radicais, como «Political Register», «Poor Man's Guardian», ou «Gauntlet», respetivamente. *Vd.* THOMPSON, 1991: 789.

9. *Vd.* MORGAN, 2010: 493.

possibilidades do poder da classe trabalhadora, o Massacre de Peterloo em 1819¹⁰. A repressão imposta às manifestações populares não apagaria, porém, a tensão social e o desejo por uma reforma no Parlamento com vista ao alargamento da representatividade parlamentar e à extensão universal do sufrágio. Estava assim em marcha um caminho que os liberais e radicais encetariam e que teria o seu primeiro sucesso, ainda que tímido, na aprovação da Lei da Reforma de 1832.

Por seu turno, a situação portuguesa encontra nos tempos anteriores a 1820 as condições de insatisfação geral que conduziram a uma revolução que marcou a história portuguesa e inaugurou, de forma irregular ao longo do século XIX, a instauração do regime liberal. Tratou-se de um momento em que concorreram interesses sociais diversos e que, em momentos diferentes, encontraram uma legitimidade no discurso político que então se desenvolvera em torno de ideais vagos sobre o liberalismo revolucionário que, impulsionado pelos momentos nacionalistas e patrióticos de luta contra o inimigo francês, logo se viraram contra o rosto de uma nova opressão — o aliado inglês.

De facto, o fim da Guerra Peninsular evidenciara a fragilidade do reino dividido entre a pressão das potências estrangeiras, a sua dimensão peninsular e, acima de tudo, as dificuldades de um governo repartido entre o Brasil e Lisboa, estando o último entregue a uma tutela inglesa e debaixo de profundos constrangimentos na sua espacialidade atlântica. O protagonismo autoritário britânico em termos políticos e militares no Portugal metropolitano já há muito justificava, entre a população, a ideia «que os Ingleses tratavam este Reyno á Franceza, e que não há diferença entre os Francezes e Ingleses»¹¹ e, no exército, desde 1817, a relação entre ingleses e os diminuídos comandos militares portugueses era de crescente suspeição¹².

A aparente submissão da soberania portuguesa aos interesses ingleses não deixa, contudo, de revelar uma visão estratégica do próprio governo português perante as vulnerabilidades do sistema internacional de então. Na verdade,

10. Considerado como um dos episódios mais marcantes decorrentes do protesto popular, uma manifestação pela reforma parlamentar e pelo defesa do sufrágio universal liderada pelo radical Henry Hunt, ocorrida em St. Peter's Field, em Manchester em 1819, ficou conhecido como Massacre de Peterloo, num jogo de palavras entre Peter e Waterloo. Na tentativa de desmobilização do protesto, algumas pessoas morreram e muitas ficaram feridas à mão das forças armadas locais. *Vd.* BLACK, 2003: 214-215; HILTON, 2006: 252-253.

11. COSTA, 2008: 110.

12. Muito por conta das rivalidades e ambições entre as duas nacionalidades na hierarquia do próprio exército português e que a condenação à morte dos envolvidos na conjura chefiada por Gomes Freire de Andrade veio agravar. PEDREIRA, COSTA, 2006: 264-266.

muita desta alegada sujeição converge na opção de aceitar a Grã-Bretanha como aliado primordial na Europa e a confirmação do reforço do Brasil como eixo central para a edificação de uma monarquia intercontinental do ponto de vista político e económico, confirmada com a atribuição do título de reino ao Brasil em 1815¹³. Tratava-se de um novo projeto político que corresponderia a um novo espaço comercial nascido do acordo luso-britânico de 1810 e a partir do qual a aliança anglo-portuguesa afirmar-se-ia como uma frente única na Europa pós-napoleónica. Mas esta visão era, na sua generalidade, em muito pouco ou nada entendida pelo português comum. Em cada setor populacional sentia-se mais os incómodos do que as vantagens nesta aproximação subordinada. Os acordos comerciais significaram avultadas vantagens para as burguesias inglesa e brasileira enquanto que, em Portugal, a visibilidade de um aparelho de comando inglês contrariava o crescimento de uma identidade de pendor nacionalista, alicerçado no envolvimento popular e nas elites locais, que se havia desenvolvido como instrumento de resistência ao invasor francês desde 1808. Tal clamor político e reivindicativo sentiu-se em cada setor da sociedade portuguesa. Se os governadores do Conselho de Regência deploravam Beresford, no aparelho militar do exército português condenava-se o excesso da oficialidade inglesa, bem como o atraso no pagamento dos soldos¹⁴. Os proprietários rurais enfrentavam a concorrência dos produtos estrangeiros, ao passo que a burguesia urbana se ressentia da diminuição geral do comércio e da perda do exclusivo do comércio colonial com o Brasil. Por sua vez, as magistraturas e o funcionalismo do Estado veem-se prejudicados pela estagnação imposta pelo crescimento administrativo do Brasil¹⁵.

A situação socioeconómica fazia assim fermentar a inquietação pública e legitimava que a população, cada vez mais consciente de uma cidadania politicamente opinativa e interventiva, construísse sobre o momento as mais variadas interpretações¹⁶. Justamente, mesmo debaixo de forte censura e controlo das autoridades, a imprensa contribuiu amplamente para tal responsabilização

13. Sobre a dimensão política e administrativa desta nova conceção do Portugal como Estado transatlântico, *vd.* ARAÚJO, 2005: 235-270 e CANAS, 2008: 75-93.

14. PEDREIRA, COSTA, 2006: 268.

15. PEDREIRA, COSTA, 2006: 268.

16. Leia-se ARAÚJO, 1993: 42 e TENGARRINHA, 1994: 93.

civil. De facto, pela ação da imprensa do exílio, fosse em Londres ou em Paris¹⁷, ou através das inúmeras publicações nacionais que deram à estampa desde a Guerra Peninsular, cresciam os sinais da mudança na relação entre o indivíduo e o poder. A construção de «um espaço público mediatizado» assinala-se com os inícios do estabelecimento de uma esfera pública pré-liberal conducente à afirmação de uma opinião crítica política¹⁸.

Tal como em Portugal, também na Inglaterra essa consciência política por parte da opinião pública começava a ganhar maior relevo, motivada pelo fervor revolucionário vivido nas primeiras décadas do século XIX.

Será, pois, neste contexto de grande convulsão social e política que a imprensa desempenhará um papel importante na disseminação de valores liberais e radicais pela sociedade inglesa, consubstanciados na sua influência e poder não apenas nos meandros políticos, mas igualmente na opinião pública. Segundo Vernon¹⁹, os jornais constituíram uma plataforma crucial para os movimentos reformistas para que estes conseguissem veicular a sua mensagem política aos eleitores informando-os sobre as atividades, ou a falta delas, dos membros do Parlamento. Para mais, a abrangência do público leitor ia muito além daqueles que tinham o direito de voto, ainda uma minoria, refletindo-se num público mais alargado que manifestava interesse na discussão política e na reforma do sistema eleitoral²⁰.

Depois de Peterloo, a atuação do Governo no sentido de impor restrições às publicações jornalísticas fez-se sentir através da aprovação dos *Six Acts* que, entre outras leis, incluíam: a proibição de reuniões públicas com mais de 50 pessoas e com a presença de membros da autoridade policial; mais limitações nas leis contra a blasfémia e calúnia sediciosa; aumento de imposto de selo para os jornais e panfletos baratos. A liberdade de imprensa era assim cerceada através do pagamento de impostos de selo, de papel e de publicidade. O aumento inevitável do preço dos jornais provocaria uma redução nas vendas para a maioria da classe trabalhadora que não poderia pagar essa diferença. Por isso, muitos proprietários

de jornais ou editores, num ato insurgente, publicam jornais ilegais, a chamada imprensa pobre, no sentido de poder chegar a um público mais alargado²¹.

Considerada como o quarto Estado, a imprensa escrita tornar-se-ia uma espécie de autoridade legítima do país, como Hannah Barker salienta:

In addition, it was also thought to have a constitutional role by defending the rights of citizens and warding against government corruption, the newspaper press was deemed to constitute the «fourth estate» of the constitution²².

Para esse fim, a liberdade de imprensa, um dos direitos consagrados nos documentos constitucionais decorrentes das revoluções americana e francesa do século XVIII, revestia-se de extrema importância na mediação entre o Parlamento e as pessoas, permitindo, e moldando, o exercício da opinião pública²³. Apesar dos sucessos na luta pela liberdade de imprensa como a Lei da Imprensa de 1695 ou a autorização para poder reportar o que se passava na Casa dos Comuns em 1771, ou ainda a Lei da Calúnia em 1792²⁴, as novas restrições em 1819 representavam um revés nesta contenda. No entanto, se, por um lado, o Governo fez uso dos jornais para conter a onda revolucionária durante o período de Peterloo, na medida em que serviam os interesses do partido no poder, nomeadamente jornais como o «The Times»²⁵, por outro, a imprensa escrita mais radical, como os jornais «Political Register» de Cobbett ou «The (Northern) Star» serviam os interesses da classe trabalhadora e de editores que usavam esta plataforma para atacar inimigos políticos ou defender fações partidárias²⁶. Em suma, a liberdade de imprensa ao longo do século XIX tornar-se-ia um instrumento radical no suporte de campanhas reformistas, permitindo o debate político, central para a emergência de um estado-nação liberal e moderno²⁷.

17. Com destaque, entre outros, para o «Correio Brasileiro ou Armazem Litterario»; «O Investigador Português em Inglaterra»; o «Espelho Político e Moral». *Vd.* em TENGARRINHA, 1989: 84.

18. TENGARRINHA, 2006: 14.

19. VERNON, 2017.

20. VERNON, 2017: 217-218.

21. *Vd.* HILTON, 2006: 252; VERNON, 2017: 218.

22. BARKER, 2014: 1-2.

23. *Vd.* GARDNER, 2017: 197.

24. *Vd.* WILLIAMS, 2009: 14.

25. *Vd.* HILTON, 2006: 252; HUNT, 1850: 111.

26. *Vd.* WILLIAMS, 2009: 18.

27. *Vd.* BINGHAM, 2015: 21; BARKER, 2014: 12.

2. A Revolução em Portugal retratada pela imprensa inglesa

Os jornais de Londres confiavam na correspondência e jornais europeus, despachos diplomáticos ou capitães de navios, discursos de tribuna impressos, na correspondência real ou mesmo em informação resultante de conversas de teor mais informal. Por seu turno, a imprensa regional limitava-se a cortar e a colar as notícias dos jornais londrinos²⁸.

Por isso mesmo, todas as publicações periódicas inglesas que reportam a situação revolucionária em Portugal usam fontes secundárias nacionais e internacionais, como a «Gazeta de Lisboa», jornais e cartas privadas do Porto, ou a «Gazeta de Paris», que chegam de forma indireta. Realce-se ainda a prática comum de alguns jornais em reproduzir notícias publicadas noutros títulos matutinos, nomeadamente, entre outros, o «The Sun», que frequentemente replicava os textos do «The Times», «The Morning Chronicle», «Morning Herald», «The Morning Post» e «The British Press».

As primeiras notícias começam a ser publicadas na imprensa inglesa a partir de 10 de setembro, sendo que entre 15 e 22 de setembro vários jornais publicam excertos do Despacho da proclamação da revolução, excertos de cartas e de despachos oficiais. Esses relatos mais não são do que reproduções do conteúdo da «Gazeta de Lisboa», referente a 30 de agosto de 1820. O jornal «Windsor and Eton Express» apresentava o feito através do seguinte título *Revolution in Portugal*. Este título é, aliás, comumente lido em quase todos os jornais que dedicaram uma ou mais colunas a este tema²⁹.

Por um lado, os jornais da ala mais conservadora limitavam-se a reproduzir esses despachos oficiais da revolução, realçando o caráter decente e a gratidão que Portugal mostrou aos oficiais britânicos, numa nota de agradecimento ao apoio dos mesmos no período de transição de poderes, como se pode constatar no excerto seguinte:

Besides this honourable testimony of esteem and gratitude to the English officers, the President of the Government took occasion, in the theatre of Oporto, publicly to proclaim the benefits derived by

*Portugal from the exertions of Great Britain, and the determination of the Portuguese to repay them, if an opportunity should offer*³⁰.

São vários os jornais que em setembro e outubro de 1820 relatam os acontecimentos revolucionários enquadrando-os em contextos espaciais e cronológicos de escalas diferentes. Neste sentido, justifica-se a associação entre o processo revolucionário português, o espanhol e o napolitano e, frequentemente, alude-se a momentos da história portuguesa, que podem remontar às origens medievais, passando pelas crises de soberania dos séculos XIV e XVI, reforçando a resiliência e a nobreza de caráter do povo português na manutenção da lealdade ao seu monarca³¹.

As referências a Espanha e a Nápoles, esta última invadida pela Áustria, são também frequentes a partir de janeiro de 1821, numa comparação com Portugal. Aliás, a 28 de julho de 1821, o jornal regional «Lancaster Gazette» destaca o fim da monarquia absoluta em Portugal e em Espanha, enaltecendo o papel crucial da constituição: «a Royal Democracy, if you please, but no longer a kingly government»³². Contudo, na mesma data, o «Yorkshire Gazette» alerta para as aparentes vitórias conquistadas pela revolução que são apenas meras ilusões, como a liberdade de imprensa³³.

A relação entre portugueses e ingleses constitui um dos aspetos mais interessantes de analisar nas fontes periódicas inglesas. Vários jornais realçam a aliança entre Portugal e a Inglaterra, omitindo o mal-estar entre as autoridades dos dois países e preferindo reforçar a imprevisibilidade dos processos revolucionários, como é o caso do «The Times», numa notícia reproduzida pelo «The Sun», porém alertando para o perigo da incerteza da revolução:

*The NEWS from PORTUGAL of this day is highly interesting. [...] The business, therefore, may be considered as decided in the country of our faithful ally. Would to God we were equally well assured that the Portuguese would as speedily arrive at tranquility and a free establishment; but revolutionary courses are fearful and uncertain ones to all parties*³⁴.

30. «The British Press», 1820.

31. «The British Press», 1821; «The Morning Chronicle», 11 set. 1820.

32. «Lancaster Gazette», 1821: 2.

33. «Yorkshire Gazette», 1821: 2.

34. «The Sun», 27 jan. 1820.

28. GARDNER, 2017: 198.

29. Por exemplo «The Morning Chronicle», 21 set. 1820.

Por seu lado, a imprensa liberal ou mais radical, nomeadamente os periódicos «Star» e «Globe», de pendor mais radical, ou «The Morning Chronicle», jornal com uma linha editorial liberal moderada, ainda que em 1819 fosse o jornal da oposição mais intransigente³⁵, adicionam um elemento opinativo à essência da notícia publicada. O uso de adjetivos como gratificante e auspiciosa para classificar a revolução deixam antever um posicionamento menos neutro por parte destes jornais: «The Lisbon packet [...] has brought the gratifying intelligence that a revolution in the government of Portugal has already commenced»³⁶. No caso do «The Morning Chronicle», encontra na lamentável situação do reino ibérico o justificativo para o levantamento de 1820:

*This event has by no means surprised us [...] Portugal had, in fact, become the colony, and the Brazils the mother country [...] in addition to this dependency so unnatural, the Portuguese laboured under another, if not so galling, at least, more humiliating, which was, an ascendancy in all their affairs exercised by a foreign power, to whose politics they were strangers, and which had gradually stripped them of all places of trust and profit in the administration of their own concerns*³⁷.

O jornal radical «Monthly Repository»³⁸ vai mais longe na sua apreciação da revolução, louvando a conquista da liberdade, mas nomeando objetivamente o monopólio destrutivo e cruel do poder inglês em Portugal:

*The infection of liberty has reached this country, in which the abuses and intolerableness of a wretched system of government had created and given strength to a spirit of discontent, whose first step was irresistible. [...] She [Portuguese nation] has long existed like a colony of England, and has owned her nominal independence, not to the patriotism or public virtue of her people, but to the strong and terrible hand of English power*³⁹.

35. HUNT, 1850: 110.

36. «Globe», 1820.

37. «The Morning Chronicle», 11 set. 1820.

38. Fundado em 1806, este jornal estava intimamente ligado ao movimento dissidente unitário.

39. «Monthly Repository», 1820: 564.

Em novembro de 1820, o diário «The Morning Chronicle» destaca igualmente a aliança luso-britânica sustentada num entendimento cordial e empático, sem prejuízo para ambos os lados. Por isso, critica fervorosamente a imposição do jugo militar e vingança por parte dos ingleses mencionadas numa carta ameaçadora escrita por Beresford:

*We hope and trust the Letter of Marshal Beresford will be immediately noticed in the House of Lords. We should like to know whether Ministers actually authorized him to menace the Portuguese nation with the vengeance of England. [...] From the length of time the Noble Marshal has disposed of the lives and properties of the Portuguese with uncontrolled sway, he begins to suppose himself, no doubt, a genuine Legitimate, and feels as if he were now dispossessed of his lawful inheritance*⁴⁰.

A repetição das mesmas notícias prolonga-se por alguns meses, sendo que o desenrolar da revolução é acompanhado com algum interesse, designadamente a partir do momento em que a eleição das Cortes e o debate em torno do modelo de constituição a adotar confirmam a filiação ideológica de muitas publicações inglesas. Por exemplo, o «The Morning Chronicle» não esconde o seu entusiasmo pela inspiração na constituição espanhola de 1812 no processo eleitoral das Cortes, pedida numa carta publicada pelo próprio jornal, considerando que esta opção seguia de perto «one of the best pieces of modern jurisprudence»⁴¹.

Num período de fervor reformista liberal na Inglaterra, bem como na Europa continental, o mesmo jornal, numa notícia de 11 de janeiro de 1821, louva a constituição das Cortes, «a body of National Representatives freely elected by the people», acabando, assim, com a corrupção, o suborno e os privilégios de uma minoria abastada. Segundo o mesmo jornal, o povo português podia agora gozar de direitos inalienáveis de todos os homens em qualquer circunstância⁴².

Pela ligação evidente a Portugal, os jornais ingleses publicaram, durante os meses de maio e junho, notícias da vinda da família real para Portugal⁴³ e da revolução no Rio de Janeiro, em Pernambuco e Baía, informação que chega

40. Notícia do «The Morning Chronicle», mas publicada no «The Sun», 2 nov. 1820.

41. «The Morning Chronicle», 28 nov. 1820.

42. «The Morning Chronicle», 1821.

43. «Public Ledger and Daily Advertiser», 1821: 2.

através de cartas privadas ou de outros jornais. A 11 de maio de 1821, o jornal «The Sun» replicava a notícia do «The Morning Post»: «The revolution in the Brazils is now complete [...] and the king has accepted the constitution as proclaimed in Portugal.»⁴⁴

Conclusão

A revolução liberal de 1820 não deixou de ser seguida atentamente pelas publicações inglesas, num acompanhamento que, frequentes vezes, ultrapassou o mero registo informativo e noticioso. De alguma maneira, parece-nos legítimo afirmar que, pelo menos, a imprensa liberal e radical inglesa encarou a revolução de 1820 como mais uma etapa do processo de universalização da doutrina liberal, revestindo o seu modelo sociopolítico com o cosmopolitismo pretendido por muitos dos seus mentores. Constatamos que os jornais associados a uma ala liberal como, por exemplo, «The Morning Chronicle», «Globe» ou o «Star» realçam a importância da revolução na defesa de valores liberais como a liberdade e a constituição, criticando igualmente a presença opressiva dos ingleses em Portugal.

A radicalização do discurso é mais notória em jornais como o «Monthly Repository» ou «Political Register» que criticavam duramente o caráter imperialista do governo inglês em Portugal. Menos eufóricas estiveram as publicações conservadoras, noticiando os acontecimentos com a distância e suspeição com que genericamente abordavam os movimentos abruptos e as ruturas dos contextos políticos. De qualquer forma, pelo menos, durante os primeiros meses, a aliança política e o reconhecimento de interesses comuns entre a Inglaterra e Portugal potenciaram o interesse do periodismo inglês sobre a situação da monarquia portuguesa.

Por outro lado, da análise do periodismo inglês, ficou patente uma compreensão dos fatores que conduziram ao levantamento de 1820, retratando os acontecimentos como um epílogo «natural» para um longo processo de sofrimento coletivo e de erosão das instituições de um reino dividido pelo Atlântico, com um Governo bicéfalo, refazendo-se de uma guerra contra a França, enfrentando uma crise económica e comercial que afetava transversalmente toda a sociedade. Além disso, de uma forma consciente, a partir de uma realidade meramente

portuguesa, os ingleses rapidamente puderam estabelecer articulações com um projeto liberalizante de feição universal, de que a referência frequente à situação espanhola e napolitana constituiu um bom elemento comprovativo. Internamente, no ambiente de convulsão social e política da Inglaterra do início do século XIX, a ideia do aparente triunfo da causa liberal no aliado português não terá deixado de constituir-se como mais um reforço para a urgência da adesão popular aos movimentos reformistas ingleses.

44. «The Sun», 1821: 314.